



ANEXO II – TERMO DE REFERENCIA

01. DO OBJETO:

1.1. Trata-se o presente processo, a dispensa de licitação para a **aquisição de livros literários para a Educação Infantil e Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano.**

1.2. O valor máximo estimado para a contratação é de **R\$ 48.786,73 (quarenta e oito mil, setecentos e oitenta e seis reais e setenta e três centavos)**, conforme abaixo descrito:

Lote 01 – livros literários

| Item | Unid | Quant | Descrição | R\$ unit médio |
|------|------|-------|--|----------------|
| 01 | Unid | 02 | Acervo de livros para Educação Infantil com 303 títulos, divididos em 321 volumes conforme descrição do termo de referencia. | 12.265,68 |
| 02 | Unid | 01 | Acervo de livros para Ensino Fundamental do 1º ao 3º ano com 314 títulos, divididos em 314 volumes conforme descrição do termo de referencia. | 12.298,52 |
| 03 | Unid | 01 | Acervo de livros para Ensino Fundamental do 4º e 5º ano com 291 títulos, divididos em 302 volumes conforme descrição do termo de referencia. | 11.956,85 |

2. REQUISITOS MINIMOS PARA A CONTRATAÇÃO:

2.1. A inadequação técnica dos **livros** a serem fornecidos implicará em não pagamento. Os **livros** serão recebidos provisoriamente pelo responsável no acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

2.2. Os **livros** poderão ser rejeitados, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

2.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

2.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

2.5. A empresa terá o prazo de até **30 (trinta) dias corridos** com tolerância de mais 03 (três) dias para o fornecimento dos **livros** na sede do município, com todas as despesas de impostos, fretes, etc por conta da licitante vencedora.

2.6. Informamos que nos termos do Art. 95, inciso II da Lei 14.133/2021, não será necessária a formalização de contrato por tratar-se de entrega imediata e integral do equipamento a ser adquirido, dos quais não resultam obrigações futuras, sendo substituído o contrato pelo empenho a ser gerado na contabilidade e a **NAD** – nota de autorização de despesa.

3. DA DEFINIÇÃO DE TÍTULOS E EDITORAS

3.1. A indicação da “editora” nas obras literárias escolhidas visa garantir à certeza de que o Município irá receber o produto (livro) que a equipe pedagógica analisou e selecionou para trabalhar, podendo ampliar o conhecimento e a melhoria da qualidade do aprendizado de todos os alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino.

3.2. É sabido que as obras literárias não são, como regra, suscetíveis de registro de marca. É o que dispõe a Lei nº 9.279/96, da Propriedade Industrial, que assim define:

(...)

Art. 124. Não são registráveis como marca:

(...)

XVII – obra literária, artística ou científica, assim como os títulos que estejam protegidos pelo direito autoral e sejam suscetíveis de causar confusão ou



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Canarana

CNPJ 15.023.922/0001-91

SEMEC
SECRETARIA MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO E CULTURA

associação, salvo com consentimento do autor ou titular.”

3.3. Ao publicar por uma editora comercial, os autores cedem em contrato os direitos comerciais da obra por determinado período. Isso significa que, durante a vigência deste contrato, a editora será responsável pela comercialização do livro em seus canais de venda e repassará ao autor o percentual de direitos autorais, previamente acertado em contrato, ou seja, DURANTE o período do contrato (EDITORA X AUTOR) a obra literária SÓ SERÁ COMERCIALIZADA PELA EDITORA CONTRATANTE, salvo, quando a OBRA passa a ser de domínio público, o que ocorre em duas possibilidades:

- 1). Após 70 anos da morte do autor, a contar do dia 1º de janeiro do ano de seu falecimento e;
- 2). Quando o autor cede os direitos de divulgação legal da obra.

3.4. Enfim, deve restar evidenciado que a escolha das obras foi devidamente analisada e fundamentada em dados técnicos mínimos, tais como: AUTOR, EDITORA, NÚMERO DE PÁGINAS, TIPO DE PAPEL E FORMATO, uma vez que as obras de DOMÍNIO PÚBLICO possuem DIVERSAS EDITORAS, que comercializam a mesma OBRA e, naturalmente, cada uma apresenta de forma diferente (PREÇO, PAPEL, QUALIDADE E FORMATO), dessa feita, a padronização se faz necessária para garantir o produto (livro) que será recebido e trabalhado pelos professores e alunos.

4. DAS AMOSTRAS

4.1. A empresa vencedora do certame deverá apresentar, no prazo máximo de até 03 (três) dias úteis, contados a partir da data em que a empresa for declarada vencedora, 01 (uma) amostra de cada título, dos quais for consagrada vencedora, conforme especificação constante no item 01 deste TR – Termo de Referência.

4.2. As amostras deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Educação, localizada na Rua Miraguai nº 228 – centro – Canarana/MT, em dia úteis, de **12:00 h às 18:00h**.

4.3. A amostra deverá estar devidamente identificada com o nome do licitante, e dispor na embalagem de informações quanto as suas características, tais como:

- a) Lote;
- b) Título;
- c) Editora;
- d) Autor;
- e) Tipo de Papel;
- f) Quantidade de Páginas;
- g) Formato.

4.4. A empresa que deixar de apresentar amostras ou apresentar amostras em desconformidade com as especificações editalícias será DESCLASSIFICADA do certame.

5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DAS RETENÇÕES:

5.1. O pagamento será efetuado ao contratado **em até 30 (trinta) dias** após a execução dos serviços, após a emissão da Nota Fiscal, desde que devidamente atestada pela fiscal do contrato.

5.2. O pagamento **só se efetivará** depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal, FGTS e CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, através da Certidão Negativa de débitos.

5.3. DAS RETENÇÕES NA FONTE:

a) Será aplicada a IN/RFB nº 1.234/2012, alterada pela IN/RFB N° 2.145/2023 para fins de **retenção de IR - Imposto de Renda** em seus pagamentos. Desta forma, para todos os documentos fiscais emitidos a partir da data mencionada, deverão ser observadas as disposições da citada Instrução Normativa, quanto ao **IR - Imposto de Renda**.

b) Ressaltamos que, não serão feitas retenções de **CSLL, PIS/PASEP ou COFINS**, apenas a retenção de **IR - Imposto de Renda** será feita, se for o caso, nos moldes da citada Instrução Normativa. Portanto, reprimamos a necessidade de que a empresa observe as regras da IN RFB nº 1.234/2012 e alterações em todos os documentos fiscais emitidos para o Município, inclusive quanto ao correto destaque do valor de **IR** a ser retido.

c) Caso a CONTRATADA seja optante do **simples nacional**, ficará isenta da retenção do IR



– Imposto de Renda e deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, a devida comprovação de sua faixa de recolhimento, a fim de evitar a retenção, na fonte, dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

6. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA:

6.1. A despesa decorrente da contratação correrá à conta dos recursos orçamentários específicos consignados na ordem de compra no exercício de **2024**, conforme abaixo:

- ➔ 05.02.12.361.0006.2020.3.3.90.00.1.5.69 – **dotação 400**
- ➔ 05.03.12.365.0005.2032.3.3.90.00.1.5.69 – **dotação 402**

7. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

5.1. A presente contratação fundamenta-se no Art. 75, inciso II da Lei Federal 14.133/2021 de 01/04/2021 e alterações e pelo Decreto Municipal nº 3.377/2023.

6. DO ETP – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – JUSTIFICATIVA PARA DISPENSA:

6.1. A Nova Lei de Licitações, a Lei 14.133/2021, em sua lógica processual, trouxe a figura do Estudo Técnico Preliminar, como o documento de justificação e conhecimento das necessidades da Administração.

6.2. A forma do ETP está prescrita pelo art. 18, parágrafos 1º e 2º, constam nesses dispositivos os itens obrigatórios da Nova Peça Licitatória. Acontece que a Lei não estabelece parâmetros de obrigatoriedade ou de faculdade do referido documento e a sua elaboração acaba exigindo tempo e esforços. Por isso, coube a cada órgão na medida de sua atuação regulamentadora, organizar e estabelecer as situações em que o ETP seria viável e vantajoso.

6.3. No caso da Prefeitura Municipal de Canarana, apesar das regulamentações existentes envolvendo a Nova Lei de Licitações, entende-se que em processos específicos, cujo objeto e a forma de contratação sejam menos complexos, é possível que se afaste a elaboração do ETP, pois o termo de referência junto com os documentos instrutivos da licitação são suficientes para investigar e definir as necessidades da Administração.

6.4. Sobre isso, Ronny Charles¹ discorre:

“A exigência de confecção do ETP em contratações corriqueiras, ordinárias, de baixo valor e de baixa complexidade atenta contra a eficiência e a economicidade, além de induzir um comportamento que banaliza a importância do instrumento, passando a ser usado de maneira meramente formalista, para compor processos, fragilizando sua relevância e valor, mesmo quando necessário.”

6.5. O processo em questão versa sobre objeto simples, objetivo, que na interpretação da Administração, dispensa a elaboração de ETP. O termo de referência já relaciona a necessidade da Administração, devidamente adequada, outras hipóteses já foram analisadas e pesquisadas, e os elementos formais que instruem o processo estão completos.

6.6. Por essa razão, a elaboração do ETP seria obsoleta, avançaria sobre temas já estabelecidos pela Administração, e sua dispensa representa agilidade processual e eficiência nas compras públicas. Assim, dispensa-se no presente caso. A elaboração de estudo técnico preliminar, em prol da racionalidade das compras locais, da organização local e da simplicidade do objeto, que não demanda maiores aprofundamentos.

6.7. Ademais conforme Instrução Normativa nº 058/2022² e o Decreto Municipal 3.377/2023, o ETP é facultado conforme abaixo:

Exceções à elaboração do ETP

Art. 14. A elaboração do ETP:

I - é facultada nas hipóteses dos incisos I, II, VII e VIII do art. 75 e do § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021; e

¹ TORRES, Ronny Charles Lopes de. *Leis de Licitações Públicas e Comentadas*. SP: Editora Juspodivm, 2023. p 166

² <https://www.gov.br/compras/pt-br/acao-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-seges-no-58-de-8-de-agosto-de-2022>



ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Canarana

CNPJ 15.023.922/0001-91

SEMEC
SECRETARIA MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO E CULTURA

(...)

Decreto Municipal nº 3.377/2023:

(...)

Art. 4º O procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, será instruído com os seguintes documentos, no mínimo:

I - documento de formalização de demanda e, **se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos**, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

(...) **negrito nosso**

7. ANALISE DE RISCO:

7.1. Não foram identificados riscos substanciais para a aquisição pretendida, fora os comuns a toda contratação semelhante, tais como:

1. A inexecução total ou parcial do ajuste pactuado;
2. O não cumprimento das obrigações, especificações, projetos e prazos, bem como, a ocorrência de caso fortuito e de força maior;

7.2. Entende-se que as ações de iniciativa da Administração, necessárias para reduzir a ocorrência dos riscos identificados, já estão previstas nos normativos aos quais a contratação pretendida deverá estar devidamente fundamentada, representada pelas sanções administrativas a serem definidas, observando-se os aspectos e características do seu objeto.

7.3. Ademais, a empresa poderá sofrer as penalidades do Decreto Sancionador.

8. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE:

8.1. Com base nas informações abaixo, demonstra-se **ser viável** a contratação demandada, condicionada à implementação das providências discriminadas ao longo deste documento, cabendo ressaltar que os riscos envolvidos são administráveis e os custos previstos são compatíveis e se caracterizam pela economicidade.

8.2. Por fim, cumpre informar que a presente contratação está em conformidade com as condições de mercado existentes e contém as especificações necessárias para a contratação. Além disso, foram consideradas as necessidades reais da Administração e seguidas as orientações da legislação vigente.

9. DA EXCLUSIVIDADE PARA ME ou EPP:

9.1. Conforme Lei Federal 123/2006 alterada pela Lei Complementar 147/2014, artigo no 48, inciso I, e ainda nos termos da Resolução de Consulta nº 17/2015 – TP, processo 19.396-8/2015 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, ficou estabelecido que para aquisição de item com valor estimado até de **R\$ 80.000,00** (oitenta mil reais), a participação **MICRO EMPRESAS e EMPRESA DE PEQUENO PORTE e exclusiva**.

9.2. Os itens deste termo de referência estão com os valores estimados **abaixo de R\$ 80.000,00** (oitenta mil reais) e diante disso **será de participação exclusiva por empresas enquadradas como MICRO EMPRESAS e EMPRESA DE PEQUENO PORTE**.

Canarana-MT 15 de outubro de 2024.

EDUARDO FERREIRA DA SILVA
Secretário Municipal de Educação e cultura